



I SEMINÁRIO DE DIREITO PARA JORNALISTAS - DIA 23.08.99

PERGUNTAS

Sabe-se que a imprensa pode, algumas vezes, prejudicar o julgamento de um caso que não deveria ser divulgado até aquele momento.

Qual a sua opinião sobre o jornalismo investigativo, que às vezes funciona como polícia e às vezes como assassino? Qual o equilíbrio a ser buscado a ser buscado a fim de que a enda do jornal, da programação da TV não prejudique o social, a sociedade?

Alexandre Garcia

Hoje, principalmente a televisão, mas também os outros órgão de comunicação, que a gente agora chama de mídia, estão passando por uma desenfreada luta pela audiência, uma concorrência incrível, está todo mundo correndo atrás de audiência. Aí, somos tentado a entrar num vale-tudo e, nesse vale-tudo a gente aprofunda um sensacionalismo o qual, utilizando-se de um eufemismo, chamamos de jornalismo investigativo. Tenho a impressão de que quem deve dar resposta a isso é a própria audiência.

Quando as pessoas me perguntam, indignadas em geral, depois de palestras que tenho feito por esse país afora, na hora dos debates, o que devem fazer, digo: "Olha, existe um botão de desligar ou de trocar de canal ou de deixar de ler, deixar de ouvir." É preciso que as pessoas sejam donas da porta de sua casa, que as pessoas mostrem a sua autoridade na sua casa, não deixem entrar lixo em suas casas.

A CBS tem nas suas normas de reportagem o seguinte: "É proibido entrevistar bandido, porque não é justo que nós nos aproveitemos da boa vontade dos nossos ouvintes, que abrem as suas casas para que nós entremos em seus lares, e nós entremos na companhia de bandidos que vão deitar falação a respeito de como é a sua vida etc."

Lembro daquele episódio do "Escadinha", quando a gente o entrevistava a toda hora. Ficava lembrando: "Que mensagem a gente está dando para o garoto do morro carioca?" (que hoje já cresceu e está dando tiro por aí). Esse garoto viu o "Escadinha", viu aquele herói que a televisão mostrava, um rapaz de Goiás, também, o "Pareja" . A gente vê esse herói, o menino vê esse herói e vê que essa é a única forma de ele aparecer na televisão. Ele não vai aparecer como um grande magistrado, como um grande médico, como um grande cientista, como um grande político, o que ele tem à mão, ali, perto dele é ser um grande bandido, porque daí ele vai ser endeusado pela mídia. Aí, a gente está entrando um pouco nesse campo que não é uma coisa que nos enobreça, a gente faz isso porque faz parte da engrenagem, a gente faz parte desse show. Mas considero que é uma coisa que compete ao nosso patrão principal dar a ordem de parar. Estive lá em Canelas, em um Congresso da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão, ouvindo uma exposição da RBS. A RBS é um caso, antes de se associar à telefônica, de sucesso no progresso da expansão de meio de comunicação como nunca foi visto aqui nesse país. Chamou-me muito à atenção a exposição sobre o organograma da direção da RBS. Pensei: "Vamos ver como é que funciona isso que dá tão certo." Então, estavam lá os diretores de área, vice-presidente, presidente, o conselho diretor e, em cima, havia lá um sujeito que a RBS obedece de joelhos, de quem a RBS é escrava, o deus supremo deles. Estava escrito lá em cima assim: "CLIENTE". Creio que esse é o nosso patrão supremo, e no dia em que ele não estiver gostando do que a gente está fazendo, vamos ter de mudar, sob pena de perecer nos números de tiragem e de audiência.

Desembargador Mario Machado

Vou tentar fazer a minha parte.

Primeiro, o processo, não se desenvolvendo em segredo de justiça, pode ter, tranqüilamente, noticiado o seu andamento. Isso não vai prejudicar o julgamento. O que pode prejudicar é o fato de se procurar, fugindo daquelas circunstâncias que estão presentes, formar uma opinião equivocada que influencie, por exemplo, jurados no processo do júri. É delicado observar o equilíbrio na divulgação do andamento de processo de interesse público. Fundamental, por parte dos jornalistas, é que emitam matérias em consonância com aquilo que vem sendo colhido nos processos.

Outra coisa é a questão do equilíbrio na venda do jornal para que não reste prejudicado o social. Isso tem a ver com a definição da empresa jornalística: ela vende um produto ou presta um serviço público?

Hoje, nós temos de buscar o caminho a ser percorrido diante de princípios éticos. A observância desses princípios é que vai ditar o equilíbrio.

No caso de Eldorado, não parece que o juiz exorbitou de suas funções ao indagar se havia o que ele classificou de provas suficientes para condenação dos réus? (André Ricardo, da TV Senado)

Josemar Dantas

Em primeiro lugar, devo dizer que não estive presente ao júri de Carajás, e acrescento que também não tive acesso ao processo. Portanto, as informações que obtive são aquelas que todos nós tivemos por intermédio da televisão, do rádio e da imprensa escrita.

A mim me parece, contudo, que uma das competências do juiz que preside a Sessão do Júri é a de formular quesitos aos membros do conselho de sentença para que, a partir das respostas, possa chegar a uma sentença clara, definida, uma sentença transparente e que seja compreendida por todos. Não sei se o juiz incluiu, nos quesitos formulados ao conselho de sentença, a pergunta sobre se as provas eram suficientes para a condenação dos réus.

Esta é única explicação que posso dar no momento.

Muito obrigado.

Alexandre Garcia

Uma boa pergunta do André Ricardo. Uma pergunta e um pequeno editorial.

Pergunta - Concordo com a maioria de suas colocações. Identifiquei uma omissão que acho capital: citar apenas falhas, lentidão e percalços da Justiça não deve nos fazer esquecer uma questão fundamental de que, neste país, as leis e suas execuções tendem a favorecer os mais bem aquinhoados. Isso é fato, não é uma opinião. Eldorado dos Carajás confirma isso e, por isso mesmo, tanto nos causa indignação. Creio que a você também.

Se ele diz que é fato, deve ter alguma razão para tanto.

Aceitando que seja um fato, diria que a responsabilidade é nossa, já que a gente amadureceu para democracia. Nós é que temos de assumir essa responsabilidade de leis que sejam favorecedoras dos mais bem aquinhoados. Por quê? Porque somos nós os mandantes daqueles que fazem essas leis. Nós é que mandamos neles, nós os nomeamos, nós os sustentamos, eles estão lá em nosso nome, fazendo as leis. Portanto, a responsabilidade é nossa, nós que pensemos nisso nas próximas eleições.

Acho que é só isso que teria a dizer.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Bem, antes de encerrar, queria, em primeiro lugar, parabenizar o Desembargador Mario Machado pela feliz idéia deste seminário. Realmente, penso que é uma necessidade que haja um melhor entrosamento entre o Poder Judiciário e a Imprensa. E não tenho qualquer dúvida de que esse entrosamento, esse ajustamento vai ser conseguido. A prova inequívoca de que este objetivo vai ser atingido está na alta qualificação dos expositores que aqui estiveram hoje, com exceção, evidentemente, deste que vos fala.

O domínio da matéria, o conteúdo das informações por certo vai permitir que sejam espancadas as dúvidas e que nós, do Poder Judiciário, mostremos como era o nosso desejo, toda a nossa intimidade. Queremos ser absolutamente transparentes por isso trouxemos os senhores para dentro da nossa Casa. Sei que não falo em nome dos cerca de 10.000 juizes deste país, mas falo em nome da Justiça do Distrito Federal que muito tem-se esforçado por cumprir a sua tarefa

com maior celeridade, com muito empenho e com muita vontade de acertar.
Que Deus nos ajude nessa missão e que a Imprensa nos ajude dizendo ao povo o que nós não conseguimos dizer .
Muito obrigado.